

Concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI)

Encontra-se aberto concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI) no âmbito do Projeto “Acorn4MED - Valorização do resíduo florestal bolota para aplicação em biomedicina”, com financiamento “Fundação “la Caixa” através do Programam Promove (Concurso 2020 - Projetos-piloto inovadores)”, nas seguintes condições:

1. Área Científica:

Biotecnologia, Farmácia, Bioquímica ou áreas afins.

2. Requisitos de admissão:

- 1) Estudante inscrito num Mestrado em Engenharia Biotecnológica ou áreas afins com curriculum adequado;
- 2) Experiência e formação do candidato adequados às atividades a serem desenvolvidas durante o contrato;
- 3) Será ainda valorizado o domínio da língua inglesa (escrita e comunicação oral).

3. Plano de trabalhos:

O presente plano tem como principais tarefas:

- 1) Extração e caracterização de compostos obtidos de amostras de bolota.
- 2) Estudo das propriedades bioativas dos extratos e compostos identificados.

4. Objetivos:

O projeto Acorn4MED pretende desenvolver estratégias de valorização da bolota, através da implementação de processos de extração e identificação de compostos obtidos de amostras de bolota. Diferentes bioatividades serão avaliadas de forma a valorizar os extratos e compostos identificados.

5. Legislação e regulamentação aplicável:

Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na sua redação em vigor; Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P., em vigor <https://www.fct.pt/apoios/bolsas/docs/RegulamentoBolsasFCT2019.pdf>; Regulamento n.º 522/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 113, de 12 de junho – Regulamento de Bolsas de Investigação do Instituto Politécnico de Bragança.

6. Local de trabalho e orientação científica:

O trabalho será desenvolvido em Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, sob a orientação científica de Doutora Lillian Barros e Professor Doutor Rui Abreu.

7. Duração da bolsa:

A bolsa terá a duração inicial de 9 meses, com início previsto em 13/07/2022 (não renovável).

8. Valor do subsídio de manutenção mensal:

O montante da bolsa corresponde a 875,98, conforme tabela de valores das bolsas atribuídas pela FCT, I.P. no país.

Os Bolseiros usufruirão de um seguro de acidentes pessoais e, caso não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social, podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos previstos no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. O valor da bolsa será pago mensalmente por transferência bancária.

9. Métodos de seleção e respetiva valoração:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular e sua adequação para o trabalho em causa (60%);
- b) Experiência em metodologias de extração e caracterização de compostos ou extratos obtidos de matrizes naturais (20%);
- c) Experiência em metodologias de estudo de diferentes bioactividades de extratos e compostos obtidos de matrizes naturais (20%).

10. Composição do Júri de Seleção:

Doutora Lillian Barros (Presidente do Júri), Professor Doutor Rui Abreu (vogal) e Doutor Sandrina Heleno (vogal).

11. Forma de publicitação/notificação dos resultados:

As comunicações e os resultados finais da avaliação serão divulgados através de notificação por correio eletrónico aos candidatos.

12. Prazo de candidatura:

O concurso encontra-se aberto no período compreendido entre 15/06/2022 e 29/06/2022.

13. Forma de apresentação das candidaturas:

As candidaturas podem ser formalizadas através de correio eletrónico para lillian@ipb.pt, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Carta de motivação

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos ou diplomas, ou de inscrição em grau académico ou diploma, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, sendo obrigatória a verificação dessa condição em fase de contratualização da bolsa.

Os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-Lei n.º 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria n.º 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatária para a assinatura do contrato.

14. Prazos e procedimentos de reclamação e recurso:

Caso a decisão a tomar seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, após a data de divulgação dos resultados da avaliação,

para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Da decisão final pode ser interposto recurso para o Presidente do IPB no prazo de 15 dias úteis após a respetiva notificação.